Desinformação e Risco Socioambiental: Uma Análise à Luz da Dignidade Humana

Autor(res)

Thamara Estéfane Martins Balbino
Victor Moitinho Silva
Manoel Bruno Freire Da Costa

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE EUNÁPOLIS

Introdução

A desinformação é um obstáculo jurídico e social que compromete o progresso socioambiental e a promoção da dignidade humana, violando princípios fundamentais do direito, como o acesso à informação e a participação cidadã em decisões que afetam o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, a proliferação de informações falsas ou enganosas pode resultar em violações de direitos humanos, impedindo a realização de políticas públicas eficazes e a proteção de ecossistemas vitais. Diante desse cenário, é fundamental que os ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais sejam fortalecidos com mecanismos de responsabilização e que se promova a educação legal para capacitar indivíduos a discernir entre informações confiáveis e manipulações mal-intencionadas. Assim, integridade da informação é essencial para a manutenção da justiça social e ambiental, sendo um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, com utilizações de ferramentas tecnológicas eficazes de prevenção.

Objetivo

Este estudo visa analisar a desinformação e fortalecer o direito à informação e a participação cidadã efetiva. Assim, por meio de análise crítica, busca-se propor políticas que assegurem a integridade da informação, essencial para a justiça socioambiental e a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável com a dignidade da pessoa humana preservada.

Material e Métodos

Para a compilação de dados, foram empregados métodos de investigação bibliográfica, análise doutrinária e revisão de literatura científica, incluindo monografias, dissertações, teses e levantamento de dados em portais governamentais e matérias jornalísticas sobre casos significativos dos efeitos assimétricos no meio ambiente. Adicionalmente, utilizou-se o Google Scholar como principal ferramenta de pesquisa para assegurar a veracidade e precisão dos documentos selecionados para a composição do artigo científico.

Resultados e Discussão

Chegou-se o resultado a necessidade urgente de combater a desinformação para proteger a dignidade humana e

o progresso socioambiental. A análise crítica revelou que a proliferação de informações falsas compromete não apenas o acesso à informação, mas também a participação cidadã, resultando em violações de direitos humanos e falhas na implementação de políticas públicas. Portanto, é imperativo que os ordenamentos jurídicos incorporem mecanismos de responsabilização mais robustos e promovam a educação legal para capacitar os cidadãos a identificar e rejeitar tentativas de manipulação. A integridade da informação surge como manutenção da justiça social e ambiental, e a adoção de ferramentas tecnológicas eficazes de prevenção é crucial para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. A discussão aponta para a necessidade de uma ação coordenada entre governos, sociedade civil e setor privado para garantir que a verdade e a transparência prevaleçam no espaço público.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que a busca por mecanismos preventivos que assegurem a verificação da autenticidade das informações divulgadas em sites e redes sociais é essencial. Tais ferramentas devem ser respaldadas por tecnologias eficazes que garantam a validação da veracidade dos dados. Ademais, é evidente a relevância da educação ambiental em todos os níveis educacionais, visando fomentar na sociedade uma perspectiva crítica e consciente sobre a importância da temática ambiental.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
L6938. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 23 mar. 2024
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
SILVA JÚNIOR, Joseeldo da; BEZERRA, Gracimário; SILVA, Francisco Vieira da. Educação Ambiental entre o negacionismo e as fake news: intersecções discursivas. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 10–30, 2023. DOI: 10.14295/remea.v40i1.13535. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13535. Acesso em: 23 mar. 2024.